



Jaime A. Moncada, P.E.

## Como incrementar nossa segurança contra incêndios por meio de normas técnicas

As normas NFPA são utilizadas globalmente, mas muitas vezes são modificadas incorretamente em âmbito local.

Um dos objetivos principais de todos os envolvidos na proteção contra incêndios, em qualquer parte do mundo, é estabelecer critérios mínimos aceitáveis, de segurança contra incêndios. Do ponto de vista normativo, isto é feito através de dois passos, sendo que o primeiro passo está intimamente relacionado ao segundo.

O primeiro passo é estabelecer "o que proteger e com que meios". Genericamente, estes critérios se encontram nos Códigos de Construções. Conseqüentemente e de maneira ilustrativa, no Código de Construção se indicaria que "todo edifício de escritórios com mais de 23 metros de altura, deve ser protegido por um sistema de chuveiros automáticos". De maneira geral, cada sociedade é responsável por estabelecer qual o nível ideal de proteção. O Código Construtivo da cidade de Chicago, por exemplo, não é aplicável em São Paulo, ainda que o código de Chicago possa influir no de São Paulo.

O segundo passo refere-se a: "como proteger" estabelecendo-se métodos eficazes de projeto, instalação, manutenção e testes dos meios requeridos ou recomendados no Código de Construção. Estas regras são genericamente conhecidas como Normas Técnicas. No exemplo antes mencionado, se adicionaria ao Código de Construção, que a proteção por meio de chuveiros automáticos deve estar projetada, instalada, testada e mantida de acordo com a Norma Técnica "x".

Conforme mencionado anteriormente, o Código Construtivo deve ser elaborado localmente. Entretanto, cada país tende a elaborar também localmente, sua própria Normativa Técnica. Desta forma, não

encontramos um consenso eficiente e eficaz para nossa realidade regional.

No processo mais típico, a entidade normativa de cada país latino-americano estabelece um comitê técnico, com o propósito de elaborar um conjunto de normas técnicas contra incêndios. Este comitê elabora as normas, na maioria dos casos, baseando-se no que a NFPA já desenvolveu. Em geral estes comitês interpretam adequadamente as normas NFPA, mas muitas vezes não. Por outro lado é raro o caso onde podemos desenvolver algo técnico que seja novidade e com alto custo benefício. Geralmente, estes comitês são temporais e a entidade normativa de cada um de nossos países, não tem infra-estrutura estabelecida para responder às perguntas interpretativas e para modificar a norma e a atualizar constantemente. Por conseguinte, este processo termina em normas técnicas incompletas, antiquadas e muitas vezes, incorretas.

Não podemos esquecer, ainda, que a indústria de proteção contra incêndio regional cresceu tremendamente e continuará crescendo. Ela ainda é principiante. Nosso entendimento global dos métodos e estratégias de custos eficientes e eficazes para obter um nível adequado de segurança contra incêndios em instalações ainda é básico. Ainda que entendamos que isto não poderá ser mudado da noite para o dia, a melhor maneira de procurar uma evolução eficaz é adotando as normas NFPA que foram traduzidas ao Espanhol ou ao Português. E nada impede que as entidades normativas latino-americanas, além de adotar a normativa da NFPA, publiquem um apêndice próprio que modifique a norma NFPA adaptando-a à realidade local.

De fato devemos aceitar o que já ocorre em cada projeto que está sendo realizado na América Latina. Em nível regional, as normas NFPA são utilizadas como base referencial em cada projeto construtivo que tenha um componente de proteção contra incêndios. Além do mais, naqueles projetos onde uma norma técnica local tenha que ser cumprida, é quase regra geral, que se inclua também o cumprimento da norma da NFPA equivalente.

O risco de não haver uma normativa clara e específica afeta a todos os interessados. Primeiramente, o usuário nem sempre obterá segurança completa com um alto custo. Para o fabricante ou instalador, um ambiente sem um nível mínimo de proteção estabelecido favorece a competição entre licitantes apenas no que se refere aos custos globais. Possivelmente a proposta ganhadora não inclua suficiente equipamento para que o sistema seja realmente efetivo. Perdem, também, as seguradoras e as autoridades locais, pois é possível que os projetos, em geral, não obtenham os níveis mínimos aceitáveis de auto proteção.

O argumento é claro e o custo benefício é óbvio. Devemos resistir à tentação de elaborar normas técnicas locais e, em seu lugar, devemos canalizar esses esforços na elaboração de códigos construtivos progressivos e modernos. A Normativa Técnica da NFPA, bem ou mal, nos dá a solução mais eficiente e eficaz. ♦

*Jaime A. Moncada, P.E. é vice-presidente de Desenvolvidores Internacionais da Rolf Jensen & Associates, uma empresa internacional de consultoria em engenharia de proteção contra incêndios.*